



EDUCAÇÃO,

SABERES

E

CULTURAS

***Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias***

VOLUME 1. *ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA*

VOLUME 2. *CONSUMOS, LAZERES, MODOS E ESTILOS DE VIDA*

VOLUME 3. *DESENVOLVIMENTOS E SUSTENTABILIDADE*

**VOLUME 4. *EDUCAÇÃO, SABERES E CULTURAS***

VOLUME 5. *GOVERNANÇA DE TERRITÓRIOS E DE CIDADES INTERMEDIÁRIAS*

VOLUME 6. *INSEGURANÇA, VIOLÊNCIA E CRIME*

VOLUME 7. *MERCADOS DE TRABALHO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: MOBILIDADES E FLUXOS*

VOLUME 8. *MORFOLOGIA SOCIAL E DINÂMICAS DAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS*

VOLUME 9. *MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO*

VOLUME 10. *POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES*

VOLUME 11. *RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA*

VOLUME 12. *SAÚDE, SISTEMAS DE SAÚDE E CORPO*

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias

AUTORES:

Vários

COORDENADORES:

Balsa, Casimiro

Rodrigues, Luciene

Cardoso, Antônio Dimas

Soulet, Marc-Henry

COMISSÃO DE LEITURA:

Albuquerque, Cristina

Balsa, Casimiro

Boneti, Lindomar

Cardoso, Antônio Dimas

Diogo, Fernando

França, Iara Soares de

José, São José

Macedo, Luiz Antônio

Maia, Rosemere

Martins, Luci Helena

Nofre, Jordi

Olímpio, Marcos

Paula, Andréa Rocha de

Pires, Iva

Rodrigues, Luciene

Vaz, Domingos

APOIO À EDIÇÃO:

Vital, Clara

Sampaio, Leonor

ISBN: 978-989-20-4086-8

Lisboa, 2013

# A AÇÃO PÚBLICA DO TRABALHO DE FORMAR NO ÂMBITO DA INICIATIVA NOVAS OPORTUNIDADES.

## Lógicas de acção, sentidos da medida e modos de apropriação localmente produzidos

João Eduardo Martins

Faculdade de Economia

Universidade do Algarve

[jrmartins@ualg.pt](mailto:jrmartins@ualg.pt)

### Resumo

Pretende-se com este artigo estimular a reflexão sociológica em torno dos modos de produção da acção pública na sociedade portuguesa a partir de uma investigação de doutoramento em curso sobre o programa de políticas públicas designado por Iniciativa Novas Oportunidades. São as lógicas de acção levadas a cabo pelos formadores de adultos e pelos técnicos de RVCC<sup>21</sup> e os sentidos que os mesmos atribuem à medida, no momento da sua implementação nos terrenos, aquilo que nos propomos compreender. A produção de sentidos em torno dos modos de produção e de apropriação da acção pública a partir deste analisador não segue assim as clássicas abordagens implementacionistas em que as políticas públicas são apreendidas analiticamente, numa visão a partir de cima centrada no aparelho do Estado, mas segue, pelo contrário, uma abordagem *bottom-up*, que orienta o seu olhar para a construção colectiva da acção pública. Seguiu-se, do ponto de vista metodológico, uma lógica de investigação qualitativa. A recolha dos dados teve como principal instrumento de suporte as entrevistas semi-estruturadas e a sua produção foi feita a partir da análise estrutural de conteúdos. Ao nível dos resultados da investigação sugere-se que a orientação do Estado, na fabricação da acção pública, se faz numa lógica procedimental e que os modos de produção da acção pública, ao nível da sua implementação, fabricam-se a partir de múltiplos actores que levam a cabo lógicas de acção múltiplas e por vezes de sentido contraditório.

**Palavras-chave:** Acção Pública, Novas Oportunidades, Modos de Apropriação

---

<sup>21</sup> RVCC: Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

## Introdução

A Iniciativa Novas Oportunidades, como programa de política pública resultante de um forte voluntarismo governamental (Grácio, 1986: 53), gerou um movimento de procura de educação e de certificação de competências na sociedade portuguesa que só pela sua dimensão e expressão numérica na quantidade de actores e recursos públicos envolvidos, desde o volume de destinatários da medida, ao número de responsáveis pela sua concepção e implementação, até à quantidade de dispositivos de educação de adultos criados, permite dizer que este foi um dos programas governamentais de maior visibilidade pública no nosso País na última década. Para além da sua expressão quantitativa e da visibilidade pública e mediática que rapidamente adquiriu, a diversidade e a complexidade da rede de actores estatais e não estatais envolvidos na sua concretização fez com que perspectivássemos esta medida de política pública como um analisador por excelência do nosso interesse científico principal, os modos de produção da acção pública na sociedade portuguesa e o que isso permite conhecer das mutações na actuação do Estado face às transformações profundas pelas quais passam as sociedades contemporâneas em época de globalização. A reflexão sociológica que aqui se apresenta tem como propósito de conhecimento os modos de apropriação, os sentidos e as lógicas de acção dos técnicos e dos formadores que trabalham nos dispositivos formativos de educação e formação de adultos no âmbito dos cursos EFA e nas práticas de reconhecimento e validação de competências no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades. Propomo-nos compreender a acção pública do trabalho de formar adultos pouco escolarizados no contexto da sociedade portuguesa. Trata-se de perceber, a partir dos modos de apropriação do trabalho dos formadores de adultos e dos técnicos de RVCC, as mutações das políticas públicas ditas de “activação” (Vrancken e Macquet, 2006: 83) num contexto hegemónico das políticas neoliberais (Jobert, 1994) e, simultaneamente, pensar a própria metamorfose do Estado contemporâneo na sua relação intrínseca com a implementação da acção pública (Lascoumes e Les Galés, 2010). Para levar a cabo estes objectivos optámos por uma lógica de investigação qualitativa (Lessard-Hébert *et al.*, 2005), em que se procura compreender em profundidade a realidade que nos propomos estudar. A investigação sociológica que apoia a nossa reflexão enquadra-se num modo de investigação multicase, insere-se numa estratégia metodológica que reconhece o papel decisivo da implicação do investigador na descoberta progressiva do conhecimento do social, ao nível do

envolvimento com o objecto que estuda, e situa-se do lado do paradigma interpretativo e da sociologia compreensiva (Weber, 1971). Procurámos nesta pesquisa combinar um esquema de inteligibilidade (Berthelot, 1997) actancial com o esquema estrutural. Procurámos, também, partir, à maneira das sugestões de Maxwell (1999) de uma modelização interactiva que pretende ser produtora da coerência global da pesquisa, numa perspectiva dinâmica (De Bruyne *et al.*, 1991) pensada a partir da articulação dos seus diferentes pólos. Do ponto vista teórico, o olhar sobre o objecto sociológico aqui em análise foi informado por uma sociologia política da acção pública, com destaque para a influência da proposta de Patrick Hassenteufel (2008), as propostas em torno do conceito de procedimentalização de De Munck e Verhoeven (1997) e o conceito próximo deste último, de agir poiético, de Marc-Henry Soulet (2006) e a sociologia da individuação de Danilo Martucceli (2006, 2010).

### **1. A colocação do problema de investigação. Do problema público à problemática sociológica**

A introdução do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências adquiridas ao longo da vida e o seu incremento no âmbito do programa governamental Novas Oportunidades, se, por um lado, contribuiu para aumentar a visibilidade social das políticas públicas para a educação e formação básica de adultos em Portugal, por outro lado, tem provocado, face à relativa juventude do programa, à sua componente inovadora do ponto de vista do seu modelo pedagógico, ao seu relativo desconhecimento social face ao paradigma hegemónico que constitui a forma escolar de educar (Vincent, 1994), face ao acréscimo da concorrência que introduziu, associado à inflação de diplomas e credenciais escolares, num contexto de procura desencantada de educação (Grácio, 1986) e face aos seus efeitos sociais de contornos ainda incertos, reacções variadas e controversas na opinião publicada. Em 2005, à data do lançamento da Iniciativa Novas Oportunidades, José Sócrates, Primeiro Ministro de Portugal, assumia publicamente a necessidade de colmatar o “atraso” das qualificações da população portuguesa, em nome da “*solidez do processo de modernização*”, apelando à necessidade nacional de se vencer a “*batalha da qualificação*”<sup>22</sup>. No lado oposto da barricada, e numa versão menos profética, em 2010,

---

<sup>22</sup> Sobre o discurso do Primeiro Ministro sobre a iniciativa, ver o portal *on-line* do Governo para informação e publicitação do programa Novas Oportunidades, [www.novasoportunidades.gov.pt](http://www.novasoportunidades.gov.pt).

cinco anos depois da implementação do programa, um conhecido fazedor de opinião no panorama mediático português, Medina Carreira, antigo ministro das finanças, acusava o programa de ser uma “*trafulhice de A a Z*” e uma “*aldrabice*” promovida pelo Governo em vigor. Segundo Medina Carreira, as pessoas que participam no programa Novas Oportunidades “*fazem um papel, entregam ao professor e vão-se embora. E ao fim do ano, entregam-lhes um papel a dizer que têm o nono ano*” e concluí o seu raciocínio: “*(...) enquanto formos governados por mentirosos e incompetentes este país não tem solução*”<sup>23</sup>. Ainda recentemente, num artigo de opinião, do jornal “*O Algarve*”<sup>24</sup>, um ex-deputado algarvio, hoje empresário, escrevia sobre a Iniciativa Novas Oportunidades e intitulava o artigo “*A grande fraude*”. Escrevia assim o ex-deputado:

Desenhou-se um programa que permitisse em poucos anos recuperar o atraso de décadas e vai daí milhares de portugueses, valendo-se da sua experiência de vida e profissional em poucos meses “adquiriram” o conhecimento que lhes dará uma equivalência escolar. Para além de supostamente qualificar também habilita as pessoas a um determinado grau escolar. E assim se descobriu a pólvora, que o mesmo é dizer, em poucos meses Portugal conseguiu com que centenas de milhares de portugueses frequentassem umas aulas e assim aumentassem o seu ego. Não nego que para muitos portugueses isto tenha servido para aumentar o seu ego, o que não deixa de ser importante, mas serve para mais alguma coisa?

Ainda do lado dos cépticos e em pleno período de campanha eleitoral, em 2011, num contexto que despoletou uma forte politização e controvérsia sobre esta medida de política pública, dizia então o actual candidato, hoje Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho<sup>25</sup>, sobre as Novas Oportunidades: O actual programa das Novas Oportunidades “*não serve*”, “*é pago a preço de ouro*” e “*só passa certificados à ignorância*”. Podemos constatar assim, num primeiro momento de abordagem ao objecto social Novas Oportunidades, que este programa governamental é alvo de uma profusão de discursos a partir da sociologia espontânea de agentes sociais situados nos mais diversos campos da vida social portuguesa, em especial, os campos político, jornalístico,

<sup>23</sup> Sobre as afirmações de Medina Carreira pode-se consultar por exemplo: [http://tsf.sapo.pt/paginainicial/Portugal/interior.aspx?content\\_id=1442425](http://tsf.sapo.pt/paginainicial/Portugal/interior.aspx?content_id=1442425)

<sup>24</sup> Sobre o discurso do ex-deputado algarvio ver a publicação *on-line* do jornal “*O Algarve*”: <http://www.oalgarve.pt/%c2%aba-grande-fraude%c2%bb-por-alvaro-viegas/>.

<sup>25</sup> Sobre estas afirmações de Pedro Passos Coelho sobre o Programa Novas Oportunidades ver por exemplo: [http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalle.aspx?fid=27&did=11157](http://rr.sapo.pt/informacao_detalle.aspx?fid=27&did=11157).

educativo e também o científico. Impõe-se aqui, talvez, os conselhos de Bourdieu à prática do ofício de sociólogo (Bourdieu *et al.*, 1999). A vida social está saturada de representações de senso comum. Ao sociólogo, impõe-se uma vigilância epistemológica constante para não cair na armadilha da imposição da sua problemática pelos problemas sociais como pré-definidos e pré-produzidos pelas instâncias legítimas de legitimação que os impõem sob as suas formas específicas. Impõe-se, pois, aqui, uma primeira preocupação com a ruptura epistemológica, para não cair nas armadilhas do senso comum. Seguimos aqui os bons conselhos de Bourdieu (1989) quando o mesmo alerta, como condição de autonomia do ofício que pratica, que o sociólogo construa as suas próprias problemáticas e comece por recusar as problemáticas que o social instituído lhe impõe. Passemos, então, para algumas observações de carácter científico sobre o problema agora discutido. Do ponto de vista científico-social, o primeiro grande inquérito nacional sobre o programa de políticas públicas de educação denominado Novas Oportunidades, um inquérito de carácter extensivo, da responsabilidade de uma equipa de investigação da Universidade Católica<sup>26</sup>, coordenado por Roberto Carneiro, produziu alguns resultados iniciais que permitiram constatar uma percepção muito positiva em alguns dos aspectos centrais dos programa, contrariando as visões mais apocalípticas atrás constatadas. Verifica-se no inquérito, por exemplo, um efeito generalizado de reforço da auto-estima dos beneficiários, o desenvolvimento de competências básicas nas mais diversas áreas de competência, uma valorização do saber e da motivação para novas aprendizagens por parte dos adultos formandos e a valorização de aspectos associados às suas capacidades individuais e ao reconhecimento social. No *Caderno Temático 1 – Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa* – pode ler-se, desde logo, no seu parágrafo inicial:

A Iniciativa Novas Oportunidades é, indiscutivelmente, um dos mais importantes programas das últimas décadas nos domínios da qualificação e da promoção humana da população portuguesa [...]. Está em causa vencer o “ciclo longo” do atraso português, investindo conjugadamente na melhoria contínua das condições de escolarização de crianças e jovens, por um lado, e na reversão da atávica desqualificação da população adulta que se viu privada do direito a uma adequada educação-formação inicial na idade própria. (Carneiro *et al.*, 2009: 5)

---

<sup>26</sup> Sobre os primeiros resultados deste estudo nacional ver o texto «Balanço da Iniciativa Novas Oportunidades – Eixo Adultos: Portugal em mudança», no *site* da Agência Nacional para a Qualificação: <http://www.anq.gov.pt/>

*O Caderno Temático 3 – Estudo de Caso de Centros Novas Oportunidades* – este estudo que recorre sobretudo a metodologias de carácter qualitativo a partir de estudos de caso e a técnicas de recolha de dados, tais como a entrevista individual e o focus-grupo, aplicados quer a beneficiários adultos, que frequentaram a iniciativa, quer a técnicos, formadores, coordenadores e directores de CNO's, recorrendo ainda a testes de avaliação das competências adquiridas, chega a resultados esclarecedores que vão no sentido contrário à ideia politicamente apregoada de que a Iniciativa Novas Oportunidades é um “*certificado à ignorância*”. Constata-se assim que:

Todos os indivíduos inquiridos revelam ter adquirido e desenvolvido competências com o processo, para além de um nível de qualificação escolar adicional. Esses ganhos são maiores no nível básico do que no secundário, na grande maioria das competências, porque os níveis pré-adquiridos são em média mais baixos no básico. No secundário esses ganhos são muito equivalentes em todas as competências. Mas que competências são efectivamente desenvolvidas? As literacias, o uso da TIC e a capacidade para aprender a aprender são as mais evidentes. Esta trilogia parece constituir de facto, uma das mais importantes mais-valias da Iniciativa Novas Oportunidades. Numa população pouco escolarizada, como a portuguesa, o défice das mais básicas competências de literacia e das meta-competências de aprendizagem é fortemente inibidor da participação em sociedade e da cada vez mais necessária predisposição e capacidade para continuar a aprender. Na verdade, foi possível constatar um reconhecimento de um efeito generalizado de reforço da auto-estima e da motivação para novas aprendizagens. Mesmo as competências mais cognitivas, como as de raciocínio e o pensamento crítico, saem reforçadas, assim como as capacidades organizativas relacionadas com o desenvolvimento de mais adequadas estratégias de aprendizagem. Estas capacidades de auto-aprendizagem parecem ser, em boa parte, estimuladas e melhoradas com o próprio processo. As soft-skills, contemplando aqui a esfera do desenvolvimento pessoal, cívico e cultural do indivíduo, saem igualmente beneficiadas (Carneiro *et al.*, 2009: 11-12).

Também um estudo de caso levado a cabo pelo sociólogo João Freire<sup>27</sup>, num Centro Novas Oportunidades, situado numa região de província, mostra uma apreciação global do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, muito positiva, quer por parte dos adultos participantes, quer por parte dos técnicos, constatando-se em simultâneo algumas dificuldades e problemas a resolver, destacando-se pela negativa a percepção subjectiva por parte dos técnicos que implementam o

---

<sup>27</sup> Ver o relatório publicado na revista *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 59, 2009, pp. 19-43, intitulado “Microestudo sociológico de um Centro Novas Oportunidades”.

programa de uma imagem pública exterior de facilitismo (Freire, 2009: 34). O estudo coordenado por Lucília Salgado é bastante inovador no olhar científico que introduz na análise dos efeitos sociais da Iniciativa Novas Oportunidades. A autora levanta a hipótese de um efeito intergeracional (que se confirma) uma vez que são não só uma grande parte dos adultos que beneficia da frequência da medida, ao nível das suas aprendizagens e competências, mas também este efeito positivo se estende aos filhos desses mesmos adultos que vão poder beneficiar ao nível do aumento das motivações e de uma maior atenção e preocupação para a importância das aprendizagens escolares que os seus pais lhes dão. O aumento das competências educativas das famílias é, assim, um dos importantes efeitos positivos dos Centros Novas Oportunidades (Salgado, 2011). Os resultados destes estudos permitem-nos dizer, assim, que a crítica política assumida publicamente pelo Governo do Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho ao programa Novas Oportunidades não tem suporte nos resultados científicos dos estudos entretanto realizados e que essa crítica vai ser deslocada num segundo momento para os “custos” da Iniciativa e para a sua ineficácia ao nível da “*empregabilidade*”. Na sequência de uma certa profecia que se auto-realiza (Merton, 1970), o Governo PSD/CDS justifica a necessidade de reestruturação desta medida de política pública pela sua fraca eficácia ao nível da empregabilidade e anuncia a encomenda de um estudo que mede o impacto do programa na empregabilidade e nas remunerações auferidas pelos seus beneficiários (Lima *et al.*, 2012). O estudo chega, efectivamente, às conclusões aparentemente desejadas pelo governo e o programa segue em forma acelerada a sua reestruturação, sendo o governo acusado pelos partidos da oposição mais à esquerda (PS e Bloco de Esquerda, por exemplo) de levar a cabo o “*desmantelamento*” da Iniciativa Novas Oportunidades, acusando-o de uma atitude de revanche ideológica. Na sequência da apresentação dos resultados do estudo encomendado, Isabel Leite, Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário anuncia que a rede de Centros Novas Oportunidades iria ser reestruturada passando a designar-se Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional. É de realçar, portanto, que, se os resultados exploratórios destas investigações iniciais sobre esta medida de política pública parecem ir contra as opiniões de senso comum reproduzidas pelos cépticos, há que assinalar que a investigação sobre os efeitos sociais da iniciativa ainda é ténue e não permite produzir ainda um conhecimento sólido. Perante a constatação da controvérsia pública, o interesse público que pensamos que a temática reveste e o seu ainda relativo desconhecimento científico-social, decidimos assim do interesse na produção de

conhecimento sociológico sobre esta parcela da realidade educativa e social. A entrada privilegiada situa-se, assim, do lado da compreensão analítica da acção pública e no modo como ela se fabrica numa lógica a partir de baixo (*bottom-up*), num contexto de fabricação das políticas públicas enquadrado pelas lógicas de um Estado Social Activo que se procura socorrer das instituições da sociedade dita civil para, no terreno, co-produzir e implementar a Iniciativa.

## **2. Sentidos e lógicas de acção face à implementação da Iniciativa Novas Oportunidades**

As finalidades formais da Iniciativa Novas Oportunidades, tal como elas foram prescritas pela Agência Nacional Para a Qualificação, têm como objectivos centrais a elevação da qualificação portuguesa e o reconhecimento, a validação e a certificação das competências adquiridas pelos adultos pouco qualificados ao longo das suas vidas. Parte-se do pressuposto de que é um imperativo nacional, em prole da “*competitividade*” da economia do País, vencer a “*batalha da qualificação*”. Como são estas finalidades representadas pelos actores responsáveis pela implementação no terreno desta medida de política pública? E que lógicas de acção subjazem aos diferentes actores que em conjunto têm de produzir numa lógica de acção colectiva a acção pública de formar esta franja mais desqualificada da população portuguesa? Começemos pela inteligibilidade social dos sentidos atribuídos pelos formadores às finalidades da Iniciativa Novas Oportunidades.

### **2.1. Os sentidos da Iniciativa Novas Oportunidades: Entre a reparação de injustiças e a produção de injustiças**

Os resultados da análise estrutural de conteúdos das 38 entrevistas com os formadores dos cursos EFA e os técnicos de RVCC, permitem-nos constatar a existência de dois sistemas de sentidos opostos face às finalidades da Iniciativa Novas Oportunidades. Por um lado, a iniciativa é encarada como reparadora de injustiça social uma vez que dá oportunidade a pessoas que foram afastadas do sistema educativo devido a causas exteriores à sua intervenção. Por outro lado, a medida é encarada como produtora de injustiças quando dá oportunidade a indivíduos que são percebidos nas representações dos técnicos como não fazendo nada para merecer esta oportunidade. Os

primeiros são percebidos como sendo aqueles que verdadeiramente merecem a oportunidade. Os segundos são percebidos como não merecedores das oportunidades que o sistema põe à sua disposição. Nas representações dos entrevistados é clara esta dicotomia. De um lado os “bons” beneficiários da Iniciativa. Aqueles para quem, de facto, as Novas Oportunidades valem a pena. Do outro, os “maus” beneficiários. Aqueles que se aproveitam do sistema. O testemunho de Sónia, formadora e mediadora num curso EFA de nível III de qualificação, é extraordinariamente rico de significados sobre a forma como os formadores se posicionam face às finalidades da Iniciativa Novas Oportunidades. Como refere esta entrevistada, esta medida de política pública tem “vantagens” e tem “desvantagens”. As vantagens resultam do facto do programa permitir a reparação de injustiças que são percebidas como resultantes de causas “exteriores” aos indivíduos e que os levaram, pelos mais diversos motivos, a abandonar os seus percursos escolares. Neste caso, estaríamos perante alguns dos bem conhecidos factores identificados na literatura sociológica dos campos da sociologia da educação e das desigualdades educativas e que remetem para os efeitos sociais desigualitários resultantes dos constrangimentos sociais produtores da selecção escolar. Pessoas que não estudaram porque “tiveram que ir trabalhar”, ou porque “foram mães ou pais muito cedo”, ou porque “os pais não os deixaram estudar”, ou ainda porque “as condições de em que viviam, quer financeiras, que locais, não o permitiam”. Para estas pessoas, que são percebidas como vítimas da reprodução social através da lógica de funcionamento do aparelho escolar e que apesar disso são percebidas como tendo aprendido muitas coisas ao longo da vida, a frequência da iniciativa Novas Oportunidades é vista como uma “mais-valia”, representação esta presente numa significativa parte dos formadores entrevistados. Estes são os beneficiários da medida tidos como “merecedores”. Trata-se de dar uma “oportunidade” a quem não a teve por razões “exteriores” à sua pessoa e a medida é percebida como a possibilidade de reparação de uma “injustiça” produzida pelo sistema sobre os indivíduos. Por outro lado, a medida é vista como levantando problemas, quando permite a produção de injustiças, uma vez que, ao dar oportunidade a quem não teve anteriormente a possibilidade de continuar os seus estudos, mas que nada faz por merecê-la, contribui decisivamente para um “desperdício de oportunidades”. Para evitar estas situações, apela-se para a maior atenção à selecção dos indivíduos que não são merecedores desta “nova oportunidade” oferecida pelo programa. Deixar aceder ao sistema indivíduos que apenas se “aproveitam do sistema”

faz com que estes estejam a ocupar o lugar de potenciais beneficiários verdadeiramente interessados que, estes sim, “*aproveitariam*” muito melhor a “*oportunidade*” oferecida. O discurso da formadora Sónia é ilustrativo das duas grandes provas com que Martucelli (2006: 37) caracteriza a marca da instituição escolar. Por um lado, a prova da selecção social e a capacidade que o aparelho escolar tem de reproduzir desigualdades sociais e, por outro lado, a confiança institucional em si, que resulta da capacidade que a escola tem de produzir um julgamento social sobre os indivíduos, por vezes com consequências marcantes na forma como estes definem, eles próprios, o seu valor social, a partir dos juízos produzidos sobre si em meio escolar. O que é interessante, é constatar que a formação de adultos pouco escolarizados volta a produzir o mesmo tipo de efeitos fazendo com que, no caso da selecção social produzida no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades, possa reproduzir situações de uma dupla selecção social, uma vez que, mesmo medidas de política pública destinadas a diminuir os riscos de “*exclusão social*” de uma população com baixas qualificações escolares e profissionais, com uma representação estatística muito significativa de uma franja da população proveniente das classes populares, não impede que, dentro dos mais desfavorecidos dos desfavorecidos, a reprodução das desigualdades sociais se venha a verificar de novo, assim como ao nível da confiança institucional em si, os efeitos possam novamente ser perversos, ao ocorrerem julgamentos desvalorizantes sobre os adultos, definidos agora, por vezes, como não tendo “*perfil*” para frequentar a iniciativa. Mas o contrário também acontece. Se as Novas Oportunidades são vistas como um mecanismo societal capaz de reparar uma injustiça anteriormente produzida pelo sistema sobre os indivíduos, esta reparação traz associada a si a possibilidade de um efeito reparador também ao nível da confiança institucional em si. Uma nova definição produzida sobre os indivíduos que frequentam a Iniciativa Novas Oportunidades, desta vez a partir de um julgamento institucional positivo, assente numa trajectória educativa percebida agora como valorizante, permite uma redefinição da confiança institucional em si com um potencial catalisador ao nível da sua trajectória pessoal e profissional futura. A Iniciativa é, assim, vista como uma “*coisa muito boa para estas pessoas*” que, efectivamente, “*merecem*” esta oportunidade. Estas pessoas “*sentem-se valorizadas com aquilo que aprenderam*”. Isso é sentido como “*muito bom para a auto-estima dessas pessoas*” e afirma-se mesmo que “*muitas vezes serve de trampolim para as suas vidas*”. Se em muitas situações é a ausência de confiança institucional em si, o estado em que as pessoas chegam à entrada da iniciativa “*muitas pessoas têm a ideia que não*

*sabem nada*” e que *“os doutores é que sabem tudo*” e pensam que *“são um zero à esquerda*”, estas mesmas pessoas que passam pelos cursos EFA ou pelos Centros Novas Oportunidades, onde fazem os processos de reconhecimento e validação de competências, saem de lá com uma nova confiança institucional em si. Não é só da reparação de uma injustiça social aquilo de que se trata, mas também de uma efectiva reparação de uma anterior desconfiança institucional em si, cuja relação anterior ao sistema educativo, através do aparelho escolar, tinha deixado uma marca poderosamente negativa de si.

### **3. Entre as lógicas de acção estatal e as lógicas dos actores no terreno: Tensões, contradições e ambivalências**

A implementação da Iniciativa Novas Oportunidades, como medida de política pública de educação e formação de adultos à escala do território nacional, não é um processo que decorre de uma mera lógica implementacionista a partir do topo da hierarquia do Estado, mas ela desenvolve-se num processo complexo que só pode ser compreendido no cruzamento das diversas lógicas que atravessam a construção da acção colectiva no momento em que os actores encarregues da sua implementação se confrontam com as mesmas. A análise do material empírico permitiu-nos, assim, pôr em confronto as lógicas de acção emanadas da racionalidade estatal com as lógicas de acção dos actores que são responsáveis por responder às urgências do trabalho no terreno. Foi possível, desta forma, perceber que o Estado, na implementação do programa Novas Oportunidades, se orienta por uma lógica quantitativa, centrada na exigência do resultado e na massificação da medida. Trata-se de certificar o maior número de pessoas com a maior eficácia possível e num tempo imediato. A temporalidade da lógica estatal na aplicação da medida é orientada pela urgência de um tempo curto. A lógica de acção do Estado em torno da iniciativa está também orientada por uma concepção universalista. A medida é aberta a todos a quem ela se destina. A ideia subjacente à iniciativa Novas Oportunidades é incluir todos aqueles que, por algum motivo, não tiveram ou não aproveitaram uma suposta *“primeira oportunidade*”. Foi possível constatar também que a racionalidade estatal dá primazia a uma lógica implementacionista impositiva que pouco leva em conta a racionalidade dos actores no terreno. Do lado dos actores responsáveis pela implementação da medida, as lógicas de acção orientam-se por uma centralidade na importância da *“qualidade*” do trabalho em

oposição à centralidade das “metas” impostas pelo Estado. As lógicas de acção predominantes reclamam a exigência de um tempo mediato centrado sobre as necessidades singulares do trabalho de reconhecimento e validação de competências que obedeça à especificidade dos adquiridos experienciais anteriores de cada adulto formando. A racionalidade dos profissionais no terreno orienta-se, não por uma concepção universalista, mas selectiva. A medida deve ser só para alguns. Nem todos os que não tiveram ou não aproveitaram uma “primeira oportunidade” devem ter acesso a esta “nova oportunidade” e, por último, mas não menos importante, em oposição a uma lógica implementacionista centralizada nas decisões estatais, apela-se à implementação de uma lógica de construção social da acção pública descentralizada e participada que leve em conta a racionalidade social dos actores no terreno. Vejamos mais em pormenor as lógicas de acção em confronto.

### **3.1. Entre a lógica da quantidade e a lógica da qualidade: Tensões e contradições entre a massificação e a singularização**

A isotopia que nos permitiu objectivar as lógicas de acção em confronto na iniciativa Novas Oportunidades, põe em evidência as tensões que resultam de uma dualidade entre a racionalidade estatal, mais centrada na exigência de resultados e na produção quantitativa de “metas”, e a racionalidade dos “profissionais” que, no terreno, se confrontam com as provações do trabalho de formar e de reconhecer e validar competências, mais centrados na preocupação com a “qualidade” do seu trabalho, assente esta na necessidade de dar respostas singularizadas ao percurso formativo de cada adulto. A descrição do monte isotópico diz-nos, assim, que “as metas são muito difíceis de alcançar”, que “nunca ninguém atinge as metas” e que “as metas deviam de ser reavaliadas” para se poder fazer um trabalho de “qualidade”. Estamos então perante uma lógica de acção estatal que privilegia a sua dimensão de Estado Avaliador centrado na eficácia dos resultados, na exigência da massificação na produção de certificados, funcionando à maneira da cidade industrial. Do lado dos actores que trabalham no terreno, a “pressão das metas” é sentida de forma ambivalente, uma vez que, se por um lado eles são constrangidos pela acção estatal a orientarem-se para o cumprimento das metas sob pena de verem o seu próprio posto de trabalho em risco, por outro lado, os testemunhos recolhidos assinalam de forma evidente uma preocupação com a difícil conciliação entre a resposta à exigência das

“metas” e uma ética profissional orientada pela valoração da exigência de se fazer um trabalho de qualidade que tenha em atenção a especificidade de cada caso singular. O discurso de Narciso, presidente da Associação de Desenvolvimento Local e Director do Centro Novas Oportunidades, é muito esclarecedor das lógicas de acção em confronto. Para este entrevistado, o facto de o programa Novas Oportunidades se ter transformado numa “bandeira política” governamental foi o pior que poderia acontecer: “*querer um milhão de portugueses até 2010 certificados é abrir completamente o flanco às críticas*” uma vez que, em seu entender, a medida teria toda a validade se não fosse vinculada “*a meros números de propaganda*”. Exercer pressão sobre as entidades no terreno, para “*certificarem à força*” e “*sem critério*” para o cumprimento das metas, abriu espaço para uma certa descredibilização social da Iniciativa. As metas deveriam, assim, ser reavaliadas para que se pudesse fazer um trabalho de qualidade, de forma a que se caminhasse no sentido da credibilização pública desta medida de política pública. O condicionamento do financiamento dos Centros Novas Oportunidades ao cumprimento das metas pré-definidas é um motivo suficiente para que os centros “*corram atrás das metas*” e prejudiquem a “*qualidade*” do trabalho implementado. Para este nosso entrevistado, o facto de, na região do Algarve, todos os CNO’s terem ficado aquém das metas estabelecidas é revelador de que: “*a preocupação das equipas com a qualidade de processo é muito maior que a da tutela*”.

### **3.2. As temporalidades da acção pública: O tempo que não nos é dado**

A objectivação isotópica em torno das temporalidades da acção pública permite-nos constatar que é impossível fazer um processo de reconhecimento de competências como os técnicos no terreno gostariam, que não é possível fazer um trabalho de qualidade que atenda à singularidade de cada adulto em processo de reconhecimento de competências, porque “*não há tempo*”, que “*o ano passa muito depressa*” para o tempo que o trabalho com cada beneficiário necessitaria, que o processo “*poderia ser ainda muito melhor para os adultos se houvesse tempo para trabalhar com eles de outra forma*”, mas “*não há*”, que “*as metas são muito apertadas e é uma correria constante e mesmo assim não se conseguem atingir*”, que o referencial é extremamente difícil de operacionalizar e que o facto de este ser percebido como estando demasiado escolarizado “*aquilo é escolar*”, faz com que se ache que seria necessário ainda mais tempo para o trabalhar e “*esse tempo não é dado*”. A lógica de acção estatal do ponto

de vista das temporalidades da acção pública contrasta, claramente, com a lógica de acção dos actores que implementam o trabalho no terreno. Imposição de um tempo curto da acção pública do ponto de vista da racionalidade estatal. Solicitação de um tempo médio ou mesmo longo para os profissionais de RVCC e os formadores que exercem um trabalho sobre o outro na sua singularidade. O discurso de uma das nossas entrevistadas é muito ilustrativo de como os técnicos no terreno têm que lidar com as tensões e as ambivalências dos constrangimentos estruturais da acção pública no âmbito do dispositivo de educação de adultos Novas Oportunidades. Segundo esta entrevistada, os técnicos, para fazerem um *“trabalho com mais qualidade”* como entendem que este deveria ser feito e como gostariam de o fazer, seria preciso haver mais tempo disponível, *“não há tempo”* para que o seu trabalho *“fosse ainda mais útil para os adultos”*. As metas *“são muito apertadas”*, o trabalho faz-se numa *“correria constante”* e *“mesmo assim as metas não se conseguem atingir”*. O tempo dos técnicos responsáveis pela intervenção do terreno não coincide com o tempo da acção pública estatal. Esta descoincidência temporal é geradora de tensões quando do exercício concreto da prática formativa. Tem-se consciência de como *“devia ser feito”* o seu trabalho para este servir melhor o público-alvo da Iniciativa, mas, simultaneamente, é necessário responder aos objectivos prescritos estatalmente. Esta é uma ambivalência que não é fácil de gerir.

[...] isso e também deixarem as entidades fazerem o trabalho com mais qualidade, porque é assim, nós até gostaríamos e temos ideia de qual devia de ser o processo de reconhecimento de competências, um processo como deve de ser, mas é impossível fazer aquilo que gostaríamos, portanto, como nós gostaríamos de fazer as coisas, não temos capacidade de as fazer, porque não temos tempo, não há tempo, não há, o ano passa muito depressa e não existe o tempo suficiente para os profissionais e os formadores trabalharem com os adultos como gostaríamos e como nós achamos que seria o processo ideal para que isto fosse ainda mais útil para os adultos [...]

O eixo de análise em torno das temporalidades da acção pública deixa clara a existência de uma apropriação localmente situada da temporalidade específica da lógica de acção emanada da racionalidade estatal na produção das políticas públicas do programa Novas Oportunidades. O sistema de oposições *“Temporalidade Imediata” vs Temporalidade Mediata* permite-nos perceber como o tempo da acção estatal se difracta diferencialmente pelos diversos contextos de acção formativos onde se leva a

cabo o trabalho de reconhecimento dos adquiridos experienciais e pelo modo como os diferentes actores fazem face à provação de ter que responder ao “*tempo das metas*” e, em simultâneo, fazer, com cada adulto singular, um trabalho “*sério*” e de “*qualidade*”. É também do modo como cada actor no terreno interpreta a maleabilidade social, que as zonas de incerteza que o trabalho de formar põe ao seu dispor, que os tempos da acção pública no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades são postos em prática.

### **3.3. Entre o universalismo e a selectividade: Este programa não é para todos**

O sistema de sentidos que nos permite compreender as lógicas de acção que remetem para uma concepção universalista na aplicação da medida de política pública denominada Novas Oportunidades ou, em oposição, para uma concepção centrada na exigência da selecção social, mostra-nos que esta medida política de educação e formação de adultos se transformou, em determinado momento da sua existência, num instrumento político “*muito mais universal e muito mais de banda larga*” do que aquilo que inicialmente se propunha, que essa evolução no sentido de uma política universal é percebida como não tendo caminhado “*no bom sentido*”, que se “*universalizou uma medida que não era para ser universal*”, que os Centros Novas Oportunidades foram forçados a receber pessoas que não tinham propriamente perfil para aceder à Iniciativa Novas Oportunidades, que “*os CNO não podiam ter sido encarados como uma política universal para todas as pessoas que não tinham escolaridade obrigatória*” e que os CNO deviam ser tido encarados como uma “*política selectiva*” para pessoas que tinham perfil adequado a esta medida. Do lado da racionalidade dos actores que implementam a medida no terreno, a orientação da sua lógica de acção é clara, a medida deve ser selectiva. Do lado da racionalidade estatal, a medida deve oferecer uma “*nova oportunidade*” a todos os que não a tiveram anteriormente, tendo como objectivo fundamental a concretização das metas quantitativas estabelecidas em larga escala. A medida deve ser universal. De novo, o testemunho de Narciso, Director de um dos Centros Novas Oportunidades onde realizámos o estudo empírico, é ilustrativo do confronto entre a racionalidade universalista emanada do Estado e o desejo de selectividade por parte dos actores e das entidades que trabalham no terreno “*claramente esta medida não servia para muitas das pessoas que se dirigiam aos Centros*” e acabou-se “*por ter que acolher pessoas que não tinham na altura o devido*

*perfil*”. Vejamos com atenção as palavras deste entrevistado, sobre esta questão, na conversa que teve conosco em situação de entrevista:

[...] O que acontece depois, é que esta política [...] se transformou num instrumento político muito mais universal e muito mais de banda larga e quando eu digo este universal significa, não é no bom sentido, é, universalizou-se uma medida que não era para ser universal, ou seja, abriu-se a partir dos 18 anos e não necessariamente para pessoas que já tinham uma trajectória de vida e, então, os Centros foram um pouco forçados a receber aqui pessoas que não tinham propriamente perfil para fazer isto, completando depois com as outras acções de formação; isso da nossa parte foi entendido como não sendo muito positivo. Inicialmente chegamos até a ter, não digo discussão, mas tivemos alguma troca de ideias com a tutela dizendo claramente que esta medida não servia para muitas das pessoas que se dirigiam aos Centros mas, digamos, acabou por ser esse o entendimento e nós acabamos por ter que acolher aqui pessoas que não tinham na altura o devido perfil e claramente os processos acabaram por se arrastar muito com essas pessoas porque naturalmente tinha que ser assim. Portanto, do ponto de vista da concepção da política, há erros, portanto, no meu ponto de vista, eu acho que há erros e eu acho que esses erros, depois de uma série de anos de funcionamento, estão inclusive na origem desta certa banalização das Novas Oportunidades e desta crítica que hoje emerge de que se estão a oferecer certificados. Eu não concordo completamente com essa crítica. Reconheço-a como legítima e posso compreender que ela tem o seu campo de validade, exactamente nesta perspectiva que digo, os Centros Novas Oportunidades, primeiramente Centros de RVCC, não poderiam ter sido encarados como uma política universal para todas as pessoas que não tinham escolaridade obrigatória mas sim uma política selectiva para pessoas que exactamente tinham esse perfil [...]

Outro problema identificado por Narciso prende-se com a falta de alternativas políticas postas à disposição dos Centros Novas Oportunidades no território em estudo. Uma vez que a região do Algarve se encontra em *“fasing out”*, pelo facto de ser considerada burocraticamente como *“região de objectivo 1”* do ponto de vista das regras traçadas estatística e administrativamente no plano da política de integração regional Europeia, o investimento em alternativas formativas, como os cursos EFA, deixou de existir, o que levanta uma verdadeira provação aos profissionais no terreno que são responsáveis pelos diagnósticos e encaminhamentos dos adultos nas entidades. O que fazer com os adultos que não têm perfil? Uma política que ao nível da sua concepção inicial era perspectivada como *“rigorosa”* é acusada de ter *“falhado”* por falta dos *“instrumentos de suporte”* que permitiriam dar resposta aos problemas que se

colocam no terreno. Sem respostas formativas para reencaminhar os adultos percebidos como não tendo perfil para avançar para processo de reconhecimento e validação de competências, só resta aos adultos formandos ficarem eternamente em lista de espera para uma resposta que não existe ou, em alternativa, os profissionais convencerem os beneficiários da medida das suas “*incompetências*”, levando-os a fazer crer que o processo de RVCC não lhes está destinado porque eles “*não têm perfil*” para a sua frequência. Um dispositivo produzido e destinado ao reconhecimento e validação de “*competências*” adquiridas ao longo da vida pode também, desta maneira, em simultâneo, funcionar como um dispositivo de fabricação do reconhecimento e validação das “*incompetências*” de que os indivíduos “*sem perfil*” são portadores. Ao contrário de uma possível reparação da confiança institucional em si que pode garantir as histórias de sucesso na Iniciativa Novas Oportunidades, as lógicas da “*aprendizagem ao longo da vida*” podem produzir o efeito perverso da (re)afirmação da desconfiança institucional em si: “[...] quer dizer, há muita gente que ali está que não tem perfil e o que nós fazemos é levar as pessoas a perceber que não têm o perfil quando é o caso, não tem perfil, o senhor não pode fazer isto [...] isto não vai resolver o seu problema [...]”

O eixo de análise que cruza a lógica de acção estatal centrada na exigência da abertura à universalidade dos públicos destinatários da medida, com a lógica dos actores responsáveis pela implementação da medida no terreno, lógica esta centrada num apelo à selectividade, permite-nos pensar, assim, que os modos de apropriação desta medida de política pública pelos actores que a põem em prática nos seus quotidianos de trabalho se confrontam com a provação de ter que dar respostas no terreno às injunções paradoxais que resultam das tensões entre os modos como representam aquilo que “*deveria ser*” o processo de RVCC e “*para quem*” a ele se deveria destinar e a prática efectiva centrada de dar múltiplas respostas à diversidade de perfis de beneficiários que têm pela frente, independentemente de considerarem que estes “*têm perfil*” ou não. Sendo apologistas de uma maior selectividade nos processos, uma vez que consideram que o RVCC é só para alguns, face às exigências de resposta aos constrangimentos impostos pela racionalidade emanada das prescrições impostas pelo Estado são obrigados a tentar dar resposta à universalidade das situações com que se deparam. Uma verdadeira provação.

### 3.4. Entre a lógica poiética e a lógica autpoiética: Um Estado que tem dificuldade em fazer uma escuta activa

A isotopia que nos permite pôr em confronto a lógica implementacionista emanada da racionalidade da acção estatal na construção das políticas no âmbito da medida Novas Oportunidades e a lógica de exigência de participação dos actores no terreno na construção social da acção pública, objectiva assim que o Estado, representado aqui pela Agencia Nacional Para a Qualificação, quando faz avaliações do funcionamento da medida, não escuta activamente os parceiros da acção pública e os actores no terreno valorizam uma lógica de construção desta medida de política pública que passaria pela escuta activa dos actores que se confrontam diariamente com as provações específicas que o trabalho com um público tido por *“problemático”* exige. Esta é uma ambivalência forte sentida pelos actores no terreno. Como nos diz um entrevistado nosso, recorrendo a uma metáfora muito ilustrativa: *“nós somos o recheio de uma sandes cuja parte de baixo do pão é este público que temos, que é problemático, e a parte de cima é a máquina administrativa que nos esmaga”*. O discurso de Mário, formador com experiência, tanto ao nível dos cursos EFA como do CNO, é muito rico de sentidos para que se adquira uma melhor compreensão das lógicas de acção em confronto no momento da implementação das Novas Oportunidades. Seguindo o testemunho deste nosso entrevistado, podemos constatar que *“não há diálogo”* entre as entidades estatais que procuram implementar o programa à escala nacional e os actores que no terreno localmente o têm que pôr em prática: *“a ANQ deveria de rever os instrumentos que criou e deveria para isso ouvir as entidades e as pessoas avalizadas antes de pôr as coisas cá fora”*. Como isso não acontece no terreno, os técnicos e os responsáveis pelas entidades sentem-se por vezes como o *“fiambre”* de uma *“sandwich”* que os coloca *“entre a espada e a parede”* perante situações ambivalentes e contraditórias a que têm que responder nas suas práticas de trabalho quotidianas e às quais a incomunicabilidade social no sentido *“bottom up”* não permite dar resposta:

[...] era muito bom que houvesse um esforço da administração, dos vários níveis da administração que têm responsabilidades nos processos, desde os aspectos pedagógicos e conceptuais até aos aspectos financeiros e que se pusessem de acordo porque nunca estão e isso cria-nos problemas desgraçados. Coisas tão corriqueiras como o subsídio de transporte que se pode pagar ou não se pode pagar, até coisas que não fazem qualquer sentido, mas que nos colocam muitas vezes em situações difíceis de resolver [...].

À boa maneira taylorista estamos perante uma divisão social do trabalho em que quem concebe não executa e quem executa não tem quase palavra ao nível da concepção desta medida de política pública:

[...] as entidades do terreno não podem, não devem, ser consideradas meras extensões do Estado, daquilo que o Estado não faz, portanto, somos extensões, somos executores de políticas para as quais nós não fomos consultados, para a definição das quais nós não fomos consultados [...].

Isso gera um óbvio desconforto nos actores da Associação de Desenvolvimento Local que entrevistámos. Os dados empíricos recolhidos no terreno permitem-nos pensar as transformações do Estado na sua relação com a produção social da acção pública. Se no contexto da sociedade Portuguesa actual, à semelhança da maior parte das sociedades contemporâneas do mundo Ocidental, o aparelho estatal já não tem capacidade e recursos para implementar por si só as políticas públicas que quer levar a cabo e, neste caso em particular, as políticas públicas de educação e formação de adultos no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades e, portanto, para fazer face aos “*problemas públicos*” com que se confronta, o Estado mobiliza os mais diversos actores da sociedade civil para, em “*parceria*” com os mesmos, co-produzir a acção pública, o Estado não deixa nunca de intervir no sentido de assumir o controlo da situação, funcionando assim numa lógica autopoietica (Varela e Maturana, 1995). Neste sentido, é o Estado que continua a seu bel prazer a definir o essencial das políticas sem escutar os actores no terreno e a decidir sobre o “*quando*”, o “*como*”, e o com “*quem*” ele vai co-agir na produção pública da acção pública. Esta intervenção obedece muitas vezes a uma mera lógica instrumental em que o fazer por fazer, assente numa hegemonia da racionalidade económica e financeira, se sobrepõe às finalidades éticas do próprio Estado.

## **Bibliografia**

- BERTHELOT, Jean-Michel (1997). *A Inteligência do Social*. Porto: Res Editora.  
BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, pp. 17-58.

- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude (1999). *A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.
- CARNEIRO, Roberto *et al* (2009). *Iniciativa Novas Oportunidades. Primeiros Estudos de Avaliação Externa. Caderno Temático 1: Políticas Públicas. Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa e ANQ, I.P.
- CARNEIRO, Roberto *et al* (2009). *Iniciativa Novas Oportunidades. Primeiros Estudos de Avaliação Externa. Caderno Temático 3: Estudos de Caso de Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ, I.P.
- DE BRUYNE, Paul *et al* (1991). *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- DE MUNCK, Jean e VERHOEVEN, Marie (1997). *Les Mutations Du Rapport À La Norme. Un changement dans la modernité ?* Bruxelles: De Boeck Université.
- FREIRE, João (2009). «Microestudo sociológico de um Centro Novas Oportunidades». In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 59, pp. 19-43.
- GRÁCIO, Sérgio (1986). *Política Educativa Como Tecnologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- HASSENTEUFEL, Patrick (2008). *Sociologie Politique: L'Action Publique*. Paris : Armand Colin.
- LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS, Patrick (2010). *Sociologie de l'Action Publique*. Paris : Armand Colin.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle ; GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald (2005); *Investigação qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LIMA, Francisco (coord.) (2012). *Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho no Mercado de Trabalho*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- JOBERT, Bruno (dir.) (1994). *Le Tournant Néo-Liberal En Europe*. Paris : L'Harmattan.
- MARTUCCELLI, Danilo (2006). *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- MARTUCCELLI, Danilo (2010). *La Société Singulariste*. Paris : Éditions Armand Colin.

- MAXWELL, Joseph (1999). *La Modélisation de la recherche qualitative: Une approche interactive*. «Col. Res Socialis». Fribourg: Les Éditions Universitaires de Fribourg Suisse.
- MERTON, Robert (1970). “A profecia que se cumpre por si mesma”. In: Merton, R.K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou.
- SALGADO, Lucília (coord.) (2011). *O aumento das competências educativas das famílias: um efeito dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ, I.P.
- SOULET, Marc-Henry (2006). “Confiança e Capacidade de Acção. Agir em Contexto de In-quietude”. In Balsa, C. M. (org.), *Confiança e Laço Social*. Lisboa, CEOS – Investigações Sociológicas: Edições Colibri.
- VARELA, Francisco e MATURANA, Humberto (1995). *De Máquinas y Seres Vivos: Una teoría sobre la organización biológica*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- WEBER, Max (1971). *Économie et Société/1. Les Categories de la sociologie*. Paris: Librairie Plon.
- VINCENT, GUY (dir.) (1994). *L'éducation prisonnière de la forme scolaire?* Lyon: Presses Universitaires de Lyon, pp.
- VRANCKEN, Didier e MACQUET, Claude (2006). *Le travail sur soi. Vers une psychologisation da la société?* Paris: Éditions Belin.